



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.



RELATÓRIO E CONTAS

PERÍODO DE 2018



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

Relatório e Contas

2018

Relatório de Atividades

Demonstrações Financeiras

Certificação Legal das Contas

Relatório do Conselho Fiscal

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Relatório de Atividades

	Pág.
1. Mensagem do Bastonário	4
2. Introdução	4
3. Atividade dos Órgãos Sociais	4
4. Atividades Desenvolvidas	5
4.1 <i>Qualificação e Atividade</i>	5
4.2 <i>Supervisão e Controlo de Qualidade</i>	11
4.3 <i>Formação</i>	14
4.4 <i>Matéria Técnica</i>	17
4.5 <i>Ética e Disciplina</i>	19
4.6 <i>Serviços Regionais do Norte</i>	21
4.7 <i>Encontros e Eventos</i>	21
5. Recursos Humanos	24
6. Relações Institucionais	24
7. Relações Internacionais e Cooperação	24
8. Análise Económica e Financeira	25
8.1 <i>Análise do Desempenho Económico</i>	25
8.2 <i>Análise Financeira</i>	28
9. Análise da Execução Orçamental	28
10. Perspetivas Futuras	30
11. Proposta de Aplicação dos Resultados	31
12. Agradecimentos	31





RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. Mensagem do Bastonário

No primeiro ano de serviço deste Conselho Diretivo justificava-se uma mensagem de longa escrita. Apenas consigo expressar de forma curta a enorme expectativa de que a profissão possa singrar com leis apropriadas, num ambiente mais límpido, em condições em que possamos continuar a contribuir para o bem social – pensamos nas pessoas em geral, no mercado, no setor público, nas grandes empresas e, como não poderia deixar referir, nas pequenas e médias empresas, a quem dedicamos grande empenho.

2. Introdução

Nos termos do que dispõe a alínea q) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015 (“EOROC”), de 7 de setembro, vem o Conselho Diretivo submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Representativa o Relatório e Contas do período findo em 31 de dezembro de 2018.

Pretende-se com este documento proceder a uma síntese da atividade desenvolvida pela Ordem durante o ano de 2018, salientando-se os seus aspetos mais marcantes e identificando as perspetivas da sua evolução futura.

3. Atividade dos Órgãos sociais

Assembleia Representativa

Ao longo do ano de 2018 a Assembleia Representativa da OROC reuniu em:

- 15 de fevereiro para eleição dos membros da mesa da assembleia e para discutir e votar o Plano de Atividades e o Orçamento para o período económico de 2018;
- 27 de março para analisar, discutir e votar o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2017 e para apreciar e deliberar sobre o projeto de regulamento da Assembleia Representativa;
- 12 de julho para autorizar a aquisição e ou alienação de imóveis da Ordem;
- 17 de dezembro para apreciar, discutir e votar o Plano de Atividades e o Orçamento para o período económico de 2019, para deliberar também quanto à autorização de aquisição ou alienação de imóveis da Ordem e para informações sobre os trabalhos relativos à análise das alterações ao Regime Jurídico dos Revisores Oficiais de Contas.



Conselho Superior

Durante o ano de 2018, o Conselho Superior procedeu à apreciação, discussão e emissão de pareceres sobre os Planos de Atividades e Orçamento para 2018, no início do ano, e para 2019, em novembro. Também ouviu e apreciou a informação dada pelo Senhor Bastonário sobre a aquisição e alienação de imóveis da Ordem, bem como efetuou a supervisão da legalidade da atividade da Ordem nos termos do art.º 11.º do seu Regimento.

Adicionalmente, procedeu à apreciação de um recurso interposto no âmbito de um processo disciplinar.

Bastonário

O Bastonário, para além de presidir ao Conselho Diretivo, representou a OROC em várias instâncias e eventos nacionais e internacionais, dirigiu os serviços da Ordem e assegurou a direção da revista *Revisores e Auditores*, tendo ainda exercido as demais competências que a lei e os regulamentos lhe conferem.

Conselho Diretivo

Durante o ano de 2018, o Conselho Diretivo reuniu quinzenalmente e, de uma forma geral, é possível afirmar que as atividades previstas para o ano de 2018 foram globalmente realizadas, tendo havido cumprimento do Orçamento aprovado. Aos membros do Conselho Diretivo estão atribuídas funções de coordenação das diversas atividades da Ordem e as quais estão mais pormenorizadamente descritas a seguir.

Outros Órgãos

Sobre a atividade do Conselho Disciplinar é apresentada informação no ponto 4.5. deste relatório. O Conselho Fiscal relatará a sua atividade em documento próprio.

4. Atividades Desenvolvidas

4.1 Qualificação e Atividade

A profissão registou em 2018 um aumento líquido de 28 Revisores Oficiais de Contas (ROC), refletindo o efeito conjugado da admissão de 46 novos membros, de 1 reinscrição, do cancelamento de 11 inscrições e do falecimento de 8 membros. A maioria dos membros que se inscreveram são ROC que não perspetivam iniciar de imediato a atividade, o que reflete a atual



envolvente da profissão, situação convergente com o que se tem assistido desde há alguns anos.

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese do número de ROC inscritos, em confronto com os anos de 2017 e de 2016, o que reflete o aumento líquido referido de 28 membros, verificando-se que esse aumento se regista nos ROC sem atividade.

ROC	2018	2017	2016	Variação 2017/2018	
				N.º	%
Sem atividade	549	508	465	41	8.07%
Suspensos	143	141	131	2	1.42%
Não suspensos	406	367	334	39	10.63%
Com atividade	918	931	935	-13	-1.40%
A título individual	208	223	228	-15	-6.73%
Sob contrato de prestação de serviços	86	87	101	-1	-1.15%
Como sócios de SROC	624*	621	606	3	0.48%
Total	1467	1439	1400	28	1.95%

*inclui 7 ROC suspensos não incluídos na primeira linha deste quadro

A evolução verificada no número de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (SROC) é apresentada no quadro seguinte:

SROC	2018	2017	2016	Variação 2017/2018	
				N.º	%
Número de sociedades	185	180	177	5	2.78%

A distribuição do número de ROC inscritos por género, por escalão etário, pode mostrar-se como segue:

Rubrica	Idade-39	Idade 40-49	Idade 50-59	Idade 60-69	Idade +70	Total
Total	136	555	220	234	172	1 317
Por género - unidades						
Masculino	79	331	146	205	166	927
Feminino	57	224	74	29	6	390
Peso do género - em %, em cada escalão						
Masculino	58%	60%	66%	88%	97%	70%
Feminino	42%	40%	34%	12%	3%	30%
Por género - em % do total						
Masculino	9%	36%	16%	22%	18%	100%
Feminino	15%	57%	19%	7%	2%	100%



Atividade Profissional

No ano de 2018 é de relevar a intensificação da utilização da plataforma de comunicação entre os ROC e SROC e a Ordem, a qual se encontra já a ser utilizada por grande número de membros da Ordem.

A Ordem continuou, em 2018, a dedicar atenção ao controlo das sociedades sujeitas a revisão legal de contas relativamente às quais, de acordo com a informação disponível nos registos da Ordem, não constava a indicação do ROC ou SROC para essa função.

No entanto, e apesar deste esforço, continua a reconhecer-se que poderá ser ainda significativo o número de sociedades e outras entidades que, sendo obrigadas a ter as suas demonstrações financeiras certificadas, não agem de acordo com a lei, justificando uma atuação concertada, por parte das entidades competentes, com vista a assegurar o estrito cumprimento da legislação vigente.

Ao nível do controlo da Atividade Profissional foi ainda dada continuidade ao desenvolvimento das demais ações enquadradas nesta área, de que se destacam:

- Resposta às diversas solicitações formuladas por ROC e outras entidades, através de via postal, telefónica, eletrónica ou presencial;
- Emissão de declarações ou ofícios conforme solicitado ou necessário nas circunstâncias;
- Acompanhamento das práticas profissionais dos ROC e SROC, bem como das entidades que com estes possam estar, direta ou indiretamente, relacionados, de forma a diagnosticar eventuais situações de incompatibilidade, práticas de concorrência desleal ou indícios de falta de transparência;
- Atuação de forma sistemática sempre que chega ao conhecimento da Ordem qualquer indício de que alguma entidade, de forma ilícita, presta serviços que constituem competência exclusiva dos ROC ou induz, designadamente por via dos respetivos estatutos, a capacidade ou disponibilidade para prestar tais serviços;
- A contínua atualização dos elementos relativos aos ROC e SROC, em termos de exercício da sua atividade profissional, procurando garantir informação tempestiva e fiável, através da atualização das bases de dados.

Comissão de Inscrição

A atividade da Comissão de Inscrição centra-se, sobretudo, na concretização das múltiplas atribuições relacionadas com os processos de registo dos ROC e das SROC, bem como das subsequentes alterações estatutárias destas sociedades, quer ao nível da decisão quanto a estas matérias, quer no que se refere ao apoio prestado aos revisores no âmbito do cumprimento das diversas formalidades que estão associadas a este processo.

No âmbito da vigência do novo Regime Jurídico, o ano de 2018 continuou a envolver um aumento significativo de trabalho ao nível da Comissão de Inscrição, decorrente quer de



alterações estatutárias de SROC ou outras alterações ao registo público, quer de alterações de procedimentos internos e de comunicação com a autoridade de supervisão de auditoria.

Com efeito, em 2018 foi desenvolvido um importante esforço de coordenação entre a Comissão de Inscrição e o Departamento de Supervisão de Auditoria da CMVM, designadamente com o objetivo de articular procedimentos relativamente às múltiplas verificações a efetuar no domínio dos procedimentos de inscrição e alterações subsequentes nas Listas de ROC e de SROC, quer da Ordem, quer da CMVM. Neste sentido, foi efetuado um importante esforço de aproximação entre as visões da Ordem e do Departamento de Supervisão de Auditoria da CMVM, conseguindo-se, assim, um nível de articulação que é importante realçar.

A Comissão de Inscrição realizou 13 reuniões plenárias, tendo sido dada resposta com a celeridade possível aos múltiplos pedidos formulados pelos membros da OROC. De salientar que cada reunião da Comissão de Inscrição exige a preparação prévia e a análise dos processos e dos contratos de prestação de serviços ao abrigo do artigo 49.º do EOROC submetidos para apreciação pelos serviços administrativos e com o apoio da assessoria jurídica desta Comissão, de forma a assegurar o cumprimento integral dos diversos formalismos legais exigidos para que se possa proceder, quer a novos registos, quer às múltiplas alterações a nível estatutário que ocorrem no âmbito das SROC.

Adicionalmente, foram realizadas algumas reuniões entre membros da Comissão de Inscrição e responsáveis do Departamento de Supervisão de Auditoria da CMVM, bem como entre técnicos da Ordem e deste Departamento, onde foram debatidos e analisados os procedimentos em vigor, as necessidades de cada uma das instituições e a procura de mecanismos eficientes de responder a estas necessidades.

Foi elaborado pela Comissão, com o apoio da sua assessoria jurídica e aprovado pelo Conselho Diretivo, o Manual de Procedimentos e o seu Regimento.



As alterações na atividade dos ROC e SROC foram objeto de atualização semanal das Listas dos Revisores Oficiais de Contas, das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas e das outras formas de agrupamento de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, no sítio da Ordem na *internet*.

Exame

De acordo com as responsabilidades estatutárias e regulamentares aplicáveis à Comissão de Inscrição, esta coordenou ainda as atividades relacionadas com o Júri de Exame e com a preparação e realização das provas escritas e orais, para efeitos do processo de admissão à

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Ordem, tendo respondido aos diversos pedidos de informação que lhe foram formulados por eventuais interessados na admissão à Ordem.

Realizaram-se em 2018 as quatro provas escritas do Exame para ROC previstas no Regulamento de Exame e Inscrição, bem como as provas orais para os candidatos que já obtiveram aprovação no conjunto das quatro provas escritas previstas.

No quadro seguinte apresentam-se os resultados das provas escritas realizadas em 2018:

	1. ^a Prova	2. ^a Prova	3. ^a Prova	4. ^a Prova	Total 2018	Total 2017	Varição
N.º de inscritos	107	99	81	64	351	349	2
Lisboa	62	52	45	36	195	180	15
Porto	45	47	36	28	156	169	-13
N.º de presenças	91	87	67	63	308	297	11
Lisboa	50	44	36	36	166	145	21
Porto	41	43	31	27	142	152	-10
Faltas	16	12	14	1	43	52	-9
Lisboa	12	8	9	0	29	35	-6
Porto	4	4	5	1	14	17	-3
N.º de aprovações	42	50	47	43	182	154	28
Lisboa	21	24	25	26	96	65	31
Porto	21	26	22	17	86	89	-3
N.º de reprovações	49	37	20	20	126	143	-17
Lisboa	29	20	11	10	70	80	-10
Porto	20	17	9	10	56	63	-7
% aprovações (face às presenças)	46,2 %	57,5 %	70,1 %	68,3 %	59,1 %	51,9%	254,5%
Lisboa	42 %	54,5 %	69,4 %	72,2 %	57,8 %	44,8%	147,6%
Porto	51,2 %	60,5 %	71 %	63 %	60,6 %	58,6%	30%

Os dados apresentados no quadro mostram que se mantém baixo o número de candidatos inscritos e de presenças no exame, confirmando-se assim a tendência que tem vindo a ser registada nos últimos anos, a qual estará, muito provavelmente, associada às crescentes dificuldades que afetam a profissão, dadas as crescentes exigências, riscos e responsabilidades desta atividade, que não têm sido acompanhadas de níveis de remuneração compatíveis.

Aliás, a diminuição da atratividade desta profissão, não obstante a sua importância e relevância no âmbito da economia empresarial, é uma matéria que justifica uma adequada ponderação, sobretudo quando se acentua a tendência para lhe atribuir crescentes responsabilidades, atribuições e exigências, sem acautelar os custos deste acréscimo para os seus profissionais, ou mesmo os benefícios diretos de alguns tipos de exigência acrescida que são impostos à profissão.



No que se refere ao nível de aprovações em 2018, o mesmo cifrou-se em cerca de 59,1%, superior ao sucedido em 2017, que foi de 51,9%.

Os níveis de aprovação evidenciam, de forma muito clara, o nível de exigência muito elevado que é colocado no acesso à profissão, o que, em simultâneo com o longo percurso que é exigido neste processo de acesso, em média nunca inferior a cinco anos, entre exames e estágio, bem como no rigoroso controlo de qualidade existente, refletem, de forma inequívoca, os elevados padrões de qualidade, rigor e exigência da atividade de revisor oficial de contas, que se situam nos níveis mais elevados das atividades liberais desenvolvidas em Portugal.

Foram realizados quatro sorteios dos temas das provas orais, dois em Lisboa e dois no Porto, em 14 e 15 de março e em 16 e 17 de outubro de 2018, tendo sido atribuídos 50 temas, menos 33 do que em 2017, para desenvolvimento pelos candidatos, com vista à sua apresentação e discussão final. Foram realizadas 53 provas orais, relativas aos candidatos do 2.º sorteio de 2017 e do 1.º sorteio de 2018, tendo sido aprovados 40 candidatos e reprovados 13 candidatos. As provas orais relativas aos candidatos do 2.º sorteio de 2018 estão previstas realizar-se em maio de 2019.

Comparativamente ao ano de 2017, verificou-se uma diminuição de 19 candidatos a provas orais.

De salientar ainda que, à semelhança dos anos anteriores, o Júri de Exame continua a ser composto por elementos independentes dos formadores do curso de preparação para revisor oficial de contas, de forma a garantir o reforço da independência na avaliação dos conhecimentos dos participantes, não obstante a interdependência que se continuou a assegurar entre as matérias ministradas no curso de preparação e o conteúdo das provas de exame.

Comissão de Estágio

No ano de 2018 a Comissão de Estágio realizou 11 reuniões, nas quais foram tomadas deliberações relativas aos vários processos de estágio ao abrigo do anterior Regulamento de Estágio, publicado no D.R. n.º 89/2010, de 9 de fevereiro, e do atual Regulamento de Estágio, publicado no D.R. 2.ª série, n.º 5, de 6 de janeiro de 2017.

A evolução do número de membros estagiários ao longo dos últimos três anos foi a seguinte:

ROC	2018	2017	2016	Varição 2017/2018
Estagiários em 1 de janeiro	124	132	137	-8
Estágio iniciados	29	26	35	3
Estágios concluídos com aprovação	35	29	40	6
Exclusões de estágio	0	0	0	0
Desistências de estágio	3	3	0	0
Estágios encerrados por dispensa	0	2	0	-2
Estagiários em 31 de dezembro	115	124	132	-9



No decurso do ano de 2018 foram realizadas, através dos respetivos júris constituídos para o efeito, 35 provas de avaliação final de estagiários. Realizaram-se 16 reuniões de coordenadores de estágio, 21 reuniões de revisores-coordenadores, com membros estagiários e patronos no âmbito do acompanhamento e apreciação semestral dos respetivos estágios. Realizaram-se ainda 12 entrevistas para efeitos de dispensa de estágio.

A par do acompanhamento e avaliação dos processos de estágio, deu-se continuidade à estratégia de integração dos membros estagiários na OROC, através da sua inserção nos procedimentos de divulgação e distribuição de circulares, normas, publicações e acesso ao Manual do ROC, bem como no incentivo à participação em ações de formação e encontros organizados sob a égide da Ordem.

4.2 Supervisão e Controlo de Qualidade

Nos termos do disposto no artigo 69.º do EOROC, a Ordem é responsável, sob supervisão da CMVM, pelo controlo de qualidade dos ROC e SROC que não realizem revisão legal de contas de entidades de interesse público, o qual deve ser exercido em conformidade com um plano anual.

O Regulamento n.º 26/2017 aprovado pela Assembleia Geral extraordinária de 30 de junho de 2016 e publicado no Diário da República, 2.ª Série – n.º 6, de 9 de janeiro de 2017, integra o Regulamento do Controlo de Qualidade da OROC (“RCQ”).

De acordo com o previsto no RCQ, o objetivo principal do controlo de qualidade é a verificação da aplicação, pelos ROC e SROC das normas de auditoria, de acordo com o previsto no EOROC no seu artigo 45.º n.ºs 6 a 8, e outras normas técnicas ou regulamentação nacional adicionais decorrentes de exigências legais ou regulamentares e ainda verificação do cumprimento pelos ROC e SROC dos deveres estabelecidos no EOROC.

O controlo de qualidade tem, também, como objetivo promover a melhoria da qualidade, incentivando os ROC e SROC a adotarem as práticas profissionais mais adequadas.

O Regulamento da CMVM n.º 4/2018, de 14 de agosto, rege o processo de controlo de qualidade de auditoria a exercer pela Ordem. O artigo 8.º deste Regulamento prevê o conteúdo mínimo do plano anual do ciclo de controlo de qualidade a aprovar pela Ordem, o qual deve ser submetido à CMVM nos 15 dias subsequentes à respetiva aprovação.

No âmbito do controlo de qualidade, a Comissão do Controlo de Qualidade (CCQ) procedeu ao seguinte:

- Divulgou em 31 de maio de 2018 o relatório da atividade desenvolvida e as conclusões extraídas das ações de controlo executadas no período compreendido entre 1 de julho de 2017 e 31 de maio de 2018 sobre as auditorias relativas ao ano de 2016;
- Promoveu a realização do Sorteio Público em 4 de junho de 2018 visando os controlos a exercer pela Ordem, nos termos do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria (RJSA), aos ROC e SROC que não exercem funções de interesse público em entidades de interesse público, referentes às auditorias relativas ao ano de 2017;



- Preparou o Plano Anual do Ciclo do Controlo de Qualidade 2018-2019 e realizou as tarefas de planeamento e controlo para a sua concretização, designadamente seleção dos dossiês de trabalho, alocação aos controladores-relatores, comunicação com os controlados e controladores relatores e controlo da execução dos controlos de qualidade.
- Continuou a estabelecer com a CMVM (Departamento de Supervisão de Auditoria-DSA) as comunicações acordadas relativas ao controlo de qualidade executado pela Ordem;
- Prestou esclarecimentos à CMVM sobre pareceres da CCQ, conclusões e resumos do controlo de qualidade anual e ainda sobre procedimentos de acompanhamento;
- Efetuou igualmente reuniões com a CMVM facultando os elementos solicitados relativamente aos controlos de qualidade realizados no ciclo anterior.

Resultados do ciclo de controlo de qualidade 2017-2018

Na sequência do sorteio público realizado em 1 de junho de 2017, foram executados e concluídos, até 31 de maio de 2018, os controlos de qualidade então determinados a 72 entidades, envolvendo 26 SROC e 46 ROC, que não realizaram revisão legal de contas de entidades de interesse público, correspondendo a 110 dossiês, cujas conclusões foram apresentadas no relatório da CCQ acima referido e que a seguir se sintetizam:

Síntese das conclusões do controlo horizontal por categorias e por entidades:

	Total de ROC/SROC sorteados		SROC		ROC	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Sem nada de especial a referir	34	52%	12	50%	22	52%
Com observações e recomendações de menor relevância	16	24%	6	25%	10	24%
Com observações e recomendações de relevância	16	24%	6	25%	10	24%
Com resultados insatisfatórios	0	0%	0	0%	0	0%
Total analisado	66	100%	24	100%	42	100%
Anulados	6	-	2	-	4	-
Total de entidades	72	-	26	-	46	-



Síntese das conclusões do controlo vertical por categorias e dossiês:

	Total de dossiês		SROC		ROC	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Sem nada de especial a referir	36	34%	28	43%	8	18%
Com observações e recomendações de menor relevância	36	34%	21	33%	15	36%
Com observações e recomendações de relevância	25	24%	10	16%	15	36%
Com resultados insatisfatórios	9	8%	5	8%	4	10%
Total analisado	106	100%	64	100%	42	100%
Anulados	4	-	0	-	4	-
Total de dossiês	110	-	64	-	46	-

Acompanhamento de controlos com observações e recomendações de relevância

A CCQ coordenou a realização das ações de acompanhamento executadas pelos controladores relatores relativamente aos processos de controlo de qualidade a dossiês que no controlo de qualidade de anos anteriores evidenciaram observações e recomendações de relevância, solicitando e analisando as medidas e procedimentos a implementar ou implementados no sentido de serem superadas as deficiências e insuficiências detetadas.

Guias de Controlo de Qualidade

Alguns dos guias de controlo de qualidade foram atualizados em resultado da experiência da sua utilização no último ano pela CCQ e das recomendações do DSA da CMVM.

Outras ações de Controlo de Qualidade

Para além das ações de controlo de qualidade executadas no âmbito dos Sorteios Públicos, foram ainda realizadas pela CCQ outras ações de controlo previstas no Plano de Atividades:

Intervenções pontuais

A Comissão procedeu a controlos de qualidade pontuais solicitados pelo Conselho Diretivo incluindo os solicitados nos termos da Circular n.º 37/13 ou por outros Órgãos da Ordem.

Implementação das recomendações efetuadas pela CMVM

A CCQ procedeu, por indicação do Conselho Diretivo, à análise e resposta aos comentários e recomendações do DSA da CMVM nos Relatórios preliminares, datados de 26 de fevereiro de 2018 e 17 de agosto de 2018, no âmbito da sua supervisão ao controlo de qualidade realizado pela OROC nos ciclos 2016/2017 e 2017/2018, respetivamente.



Adicionalmente a CCQ tomou conhecimento do Relatório final, datado de 13 de agosto de 2018, da supervisão da CMVM ao controlo de qualidade e ao processo de acompanhamento sobre a implementação das recomendações e observações realizados pela OROC no ciclo 2016/2017, tendo incorporado no ciclo em curso iniciativas para resposta às recomendações da CMVM.

Ciclo de controlo de qualidade 2018-2019

No âmbito do planeamento dos controlos relativos ao sorteio público do ciclo 2018-2019, com início em 1 de junho de 2018, a CCQ preparou o Plano Anual do Controlo de Qualidade onde consta o seguinte:

- Critérios de seleção do Sorteio Público de 1 de junho de 2018 e programa de intervenção da Comissão de Controlo de Qualidade;
- Lista dos Revisores a controlar sorteadas no Sorteio Público;
- Lista anual dos Controladores Relatores aprovada;
- Listas das entidades sorteadas, organizada por SROC e ROC, com a afetação do controlador relator em cada entidade;
- Prazos do processo de controlo de qualidade;
- Deveres dos revisores controlados e controladores relatores.

Atividades de supervisão desenvolvidas

As atividades de supervisão desenvolvidas incluem as seguintes:

- Designação de revisores independentes para processos de fusão e cisão, como peritos de processos judiciais ou para outros efeitos, em resposta às solicitações recebidas;
- Atuação junto das entidades sujeitas a revisão legal de contas de forma a darem cumprimento à obrigatoriedade da nomeação de ROC ou SROC. Esta atividade foi desenvolvida de forma conjugada com o Departamento de Qualificação e Atividade na medida em que a informação disponível o permitiu;
- Outras atividades relacionadas com a supervisão da atividade, exercidas em articulação com outros departamentos

4.3 Formação

Formação Contínua

O ano de 2018 foi caracterizado por uma forte aposta em oferta formativa diversificada, nomeadamente na área tecnológica, não descurando, no entanto, conteúdos formativos destinados à atualização de conhecimentos técnicos necessários ao adequado exercício da profissão e ao reforço das competências dos revisores e seus colaboradores.



De 2017 para 2018, verificou-se um aumento de cerca de 17% no número de ações de formação promovidas pela Ordem (de 120 ações em 2017 para 140 ações em 2018).

Em número de participantes, registou-se uma diminuição de 4 301 em 2017 para 4 181 em 2018 (cerca de 3%).

Apresenta-se de seguida o resumo de indicadores relevantes referentes à formação contínua decorrida no decurso de 2018 em comparação com o ano anterior:

Ano	2018	2017
Cursos realizados	140	120
Número de participantes	4 181	4 301
Horas de formação cursos	855	796

Os cursos realizados focaram as seguintes áreas temáticas:

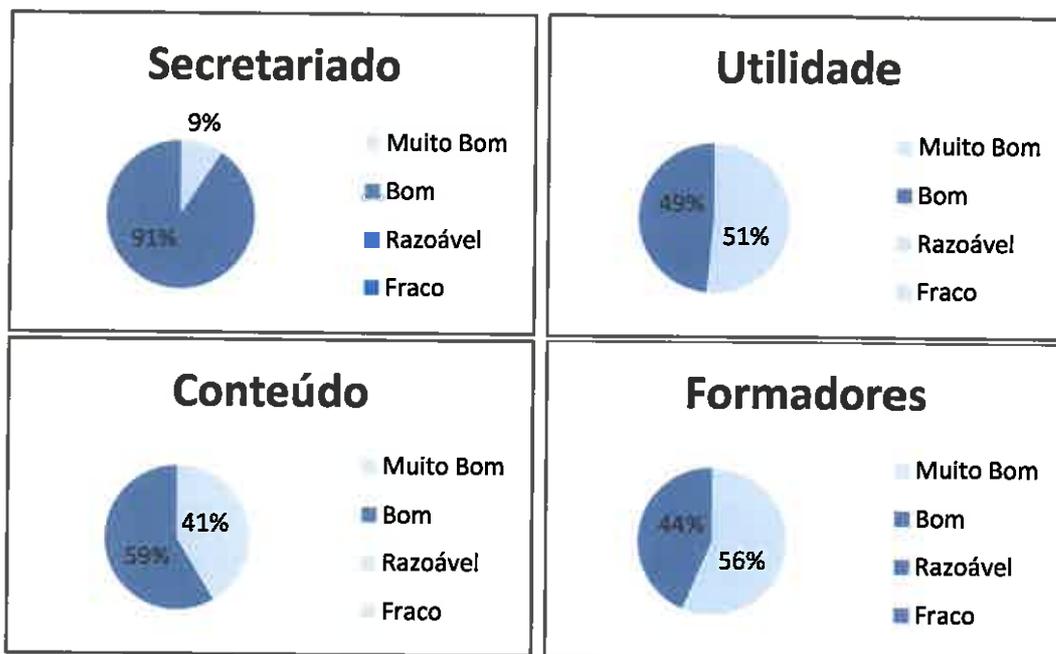
Ano	2018		2017	
	N.º cursos	Horas	N.º cursos	Horas
Auditoria	36	221	47	365
Contabilidade	40	233	29	154
Fiscalidade	26	170	30	185
Direito	10	50	4	28
Outros	28	181	10	64
Total	140	855	120	796

Nos cursos de formação acima referidos participaram ROC, colaboradores de ROC, membros estagiários, formandos do Curso de Preparação para ROC e quadros de empresas ou de outras entidades, denotando-se, em 2018, um acréscimo de participantes não membros da Ordem.

Todas as ações de formação são avaliadas quanto às competências científicas ou técnicas e pedagógicas dos formadores bem como quanto ao conteúdo do curso, utilidade e outros aspetos.



O interesse e relevância das ações de formação ministradas em 2018 mereceram apreciação muito positiva dos participantes na generalidade das ações promovidas pela Ordem, destacando-se os seguintes resultados retirados dos questionários de satisfação:



De realçar as avaliações atribuídas pelos participantes nas diversas sessões de formação, nomeadamente o facto de todos os participantes considerarem muito bom ou bom os quatro itens em análise: secretariado, utilidade, conteúdo e formadores. O número de avaliações como fraco ou razoável é irrisório.

Comissão de Formação

Durante 2018, foram recebidos 56 pedidos de certificação de formação profissional (71 em 2017). A Comissão de Formação avaliou os processos, nomeadamente o nível científico e técnico, e foram tomadas as seguintes deliberações:

Resultado da apreciação dos processos	Número de processos	
	2018	2017
Certificada	52	48
Validada mas não certificada	0	17
Processos em curso	4	6
Total	56	71

Curso de Preparação para Revisores Oficiais de Contas (CPROC)

Em 2018 deu-se continuidade ao 18.º CPROC iniciado em 2017, tendo sido lecionados os três últimos grupos de módulos e iniciou-se o 19.º CPROC do qual foi lecionado o 1.º grupo.



Relativamente ao 18.º Curso, é de salientar o aumento do número de inscritos em cada módulo, quando comparado com o mesmo módulo do 17.º, Curso que decorreu em 2017. Esta tendência de recuperação do número de potenciais revisores inscritos no CPROC observou-se igualmente no 19.º Curso, pois o número de inscritos no 1.º grupo de matérias preencheu, tal como em 2017, o total de vagas disponíveis.

Tal como nos anos anteriores, durante o ano de 2018 foram lecionados 8 grupos de módulos, em Lisboa e Porto, perfazendo um total de 576 horas.

O quadro abaixo sintetiza a atividade ocorrida no âmbito do CPROC em 2018 e o comparativo do número de formandos de 2017:

Edições	Período	N.º de horas	N.º de formandos		Aumento %
			2018	2017	
18º Curso					
2.º grupo	26/01 a 24/03	144	69	54	27,7%
3.º grupo	27/04 a 23/06	144	54	46	17,39%
4.º grupo	28/09 a 30/11	144	47	42	11,9%
19.º Curso					
1.º grupo	12/10 a 15/12	144	82	82	-

Publicações

A OROC continuou a publicar trimestralmente a Revista Revisores e Auditores, a qual incluiu artigos técnicos sobre matérias conexas com a atividade profissional e ainda informações relevantes sobre o desenvolvimento de temas internacionais.

Biblioteca

Houve um reforço na aquisição de obras, de acordo com as solicitações dos Coordenadores dos módulos do CPROC, assim como dos Departamentos Jurídico e Técnico. Agradece-se também a contribuição de Colegas, outros autores e demais entidades que se dignaram proceder à oferta de publicações relevantes.

4.4 Matéria Técnica

O Departamento Técnico e as suas Comissões Técnicas especializadas mantiveram durante o período a sua atividade consubstanciada no estudo, análise e debate de assuntos de natureza técnica relacionados com os diversos setores de atividade e de negócio que constituem o universo de entidades onde os ROC têm intervenção.

Em resultado desses trabalhos, foram emitidos pareceres, orientações e outras informações por solicitação do Conselho Diretivo, de Revisores Oficiais de Contas ou de entidades externas ou por iniciativa própria.

Neste período, foram continuados os trabalhos relacionados com a implementação das normas internacionais de auditoria em Portugal, tendo sido emitidos três Guias de Aplicação Técnica



(GAT) para orientação e aplicação dos profissionais de auditoria. Para além dos trabalhos relativos às novas leis sobre a profissão e os profissionais, também foram produzidos outros documentos solicitados pelas organizações profissionais internacionais de quem a Ordem é membro.

Reportam-se de seguida, e em concreto, as atividades mais relevantes desenvolvidas no decurso do período económico.

Guias de Aplicação Técnica

Durante o ano de 2018 foram emitidos os seguintes Guias de Aplicação Técnica:

- GAT 8 (Revisto) – Relatório do Revisor nos Termos da Norma Regulamentar n.º 2/2017 R da ASF, emitida em 7 de maio
- GAT 14 – Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade – Contas Reguladas – ERSE, emitida em 9 de julho
- GAT 15 – Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade – Verificação de Informações constantes da Nota Informativa relativa a Emissão de Papel Comercial, emitida em 3 de outubro

Foram ainda desenvolvidos, durante o ano, os trabalhos de preparação do GAT 16 – Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo que, após contributos da CMVM e de vários Colegas, foi emitido em 22 de janeiro de 2019.

Guia de Aplicação das ISA – Conceitos Fundamentais e Orientação Prática

Foi publicado em Outubro de 2018 este Guia que proporciona uma visão geral de toda a auditoria e aborda os conceitos chave de auditoria, tais como materialidade, asserções, controlo interno, procedimentos de avaliação do risco e utilização de procedimentos de auditoria adicionais em resposta ao risco avaliado. O guia inclui também um resumo dos requisitos das ISA relativamente a:

- Áreas específicas, tais como estimativas contabilísticas, partes relacionadas, acontecimentos subsequentes, continuidade e outros;
- Requisitos de documentação; e
- Formação de opinião sobre as demonstrações financeiras.



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Gy' and other illegible initials.



Manual do ROC

Continuou a atualizar-se o conteúdo do Manual do ROC com informação relevante para a atividade. Neste sentido foi, entre outras atualizações, inserido o material técnico da Ordem.

Sítio na internet

Procedeu-se à atualização regular do sítio na *internet* com notícias e informações mais significativas para a profissão. Entre outras matérias salientaram-se, naturalmente, as relativas à contabilidade e à auditoria das entidades em geral, e a sua evolução ao longo do ano.

Atividade a nível internacional

A Ordem fez-se representar em diversas reuniões e conferências internacionais, salientando-se as seguintes:

- Congresso da International Federation of Accountants (IFAC) – em novembro, Sidney
- Conselho e Assembleia Geral da Accountancy Europe – em março, junho, setembro e dezembro, Bruxelas
- Conferência organizada pela Accountancy Europe sobre a simplificação das normas de auditoria para pequenas entidades – em maio, Bruxelas
- Seminário da Accountancy Strategic Professional Forum (ASPF) sobre tecnologia e Educação – em setembro, Londres
- Seminário da ASPF sobre o Controlo de Qualidade nas Associações Profissionais – em novembro, Bruxelas
- Working Parties (WP) da Accountancy Europe:
 - *Audit and Assurance WP* - em abril; e
 - *Accounting WP* – em maio.
- Working Party da EPSAS - European Public Sector Accounting Standards – em maio e novembro, Luxemburgo

Este Departamento esteve igualmente envolvido no estabelecimento de relações de cooperação com outros países, nomeadamente com os países de língua oficial portuguesa.

4.5 Ética e Disciplina

Ética e Deontologia Profissional

Como tem sido referido nos relatórios dos anos transatos, o Conselho Diretivo dedica à aplicação do Código de Ética uma enorme atenção. No ano de 2018, para além do apoio aos Colegas e da análise das situações como considerada necessária pelo Conselho Diretivo, foi



iniciada também a revisão do Código de Ética da OROC, tendo por base o novo Código de Ética do IFAC que entrará em vigor em 15 de junho de 2019.

Conselho Disciplinar

O Conselho Disciplinar reuniu regularmente durante o período, para apreciar, inquirir, discutir e deliberar sobre os processos em curso da sua competência.

O movimento ocorrido nos processos disciplinares e nos processos de inquérito no ano de 2018, foi o seguinte:

Movimento dos processos disciplinares

Natureza	Número de processos	Arquivados	Apensados a outros processos	Convertidos em PD	Sancionados	Transitados para 2019
Processos de Inquérito	7	5	-	-		2
Transitados de 2017	3	2	-	-		1
Instaurados em 2018	4	3	-	-		1
Processos Disciplinares	24	2	-		5	17
Transitados de 2017 (*)	10	1	-		5	4
Instaurados em 2018	14	1	-		-	13

(*) 2 Processos que transitam de anos anteriores, encontram-se suspensos aguardando decisão sobre Processo Judicial

Processos disciplinares sancionados

Penas aplicadas – Matérias dos processos

Processos Sancionados e a Escala das penas aplicadas	Número de Processos	Matérias dos Processos e Natureza da infração		
		Qualidade do trabalho	Ética e deontologia	Outros deveres funcionais
• Advertência registada	1	-	1	-
• Multa de €1.000	2	2	-	-
• Multa de €10.000	1	1	-	-
• Suspensão 2 anos	1	1	-	-
Total dos Processos sancionados	5	4	1	-

As penas aplicadas tornam-se definitivas com o trânsito em julgado.



4.6 Serviços Regionais do Norte

A atividade dos Serviços Regionais do Norte decorreu, em 2018, nos moldes habituais, em conformidade com o plano de atividades aprovado.

Os SRN, além de assegurarem a função de representação da OROC no Norte do País, constituíram, como habitualmente, um espaço de apoio administrativo aos Colegas e de realização de reuniões de trabalho do Conselho Disciplinar, Comissão Consultiva, Comissões Técnicas, grupo de Controladores-relatores, entre outros.

Decorreram nos SRN diversas sessões de formação contínua dos Revisores, tendo sido realizados em 2018, no Porto, 71 ações de formação profissional, assim como o Curso de Preparação para ROC (CPROC).

Adicionalmente, foi assegurado pelos SRN a realização de exames de admissão à Ordem, nomeadamente de provas, escritas e orais, e o respetivo sorteio, bem como as provas, reuniões e avaliações de estágio.

Tiveram lugar nos SRN diversos Encontros na Ordem, conforme descrito no capítulo próprio.

Com o apoio inestimável da Comissão Consultiva e da Colega que executou as funções de adjunta da Direção, foram realizadas diversas ações, incluindo a preparação de Encontros na Ordem e de divulgação da OROC.

4.7 Eventos e Encontros

25 Anos de Profissão, Receção aos Novos Colegas e Homenagem aos Revisores Oficiais de Contas Falecidos

Foi realizada a cerimónia de entrega de medalhas comemorativas dos aniversários de inscrição na lista de ROC, que teve lugar em 4 de junho, na União de Associações do Comércio e Serviços. Foram agraciados 29 Revisores Oficiais de Contas que completaram 25 anos e 12 Revisores Oficiais de Contas que completaram 40 anos de atividade profissional.

No âmbito desta cerimónia, teve lugar a receção aos novos ROC, tendo sido feita a entrega dos respetivos Certificados a 63 Colegas que completaram o estágio e concluíram com sucesso o ciclo de qualificação profissional e a quem a Ordem formula votos dos mais amplos sucessos pessoais e profissionais.



Também nesta cerimónia, a Ordem procedeu à homenagem póstuma aos Revisores Oficiais de Contas que faleceram no 2.º semestre de 2017 e 1.º semestre de 2018 e que foram os seguintes:

Nome	Data de falecimento
Ángelo Belisário de Sousa	24-01-2018
Gabriel José dos Santos Fernandes	01-04-2018
Manuel Agonia Pereira Campos	02-04-2018
Manuel Alexandre Silva Pinto Fardilha	11-06-2018
Lino António Gonçalves Correia	18-06-2018
Manuel Marques da Costa Pinho	20-07-2018
António Manuel Pessanha Camacho Palma	30-07-2018
Francisco Maria da Cunha Reis Brandão	04-09-2018

Encontros na Ordem

Dando continuidade a este importante meio de comunicação entre os ROC, no ano de 2018 realizaram-se os seguintes Encontros, que tiveram a participação de significativo número de Colegas:

Em Lisboa e no Porto - “Comunicação e controlo da estratégia – abordagem da inovação organizacional”, com a colaboração do Dr. Jorge Coelho, sócio gerente da SISConsult, Presidente da IPBPM – Instituto Português de Business Process Management e Professor Auxiliar Convidado nas Universidades do Minho e na Universidade Portucalense;

Em Lisboa - “O Registo Central do Beneficiário Efetivo e o regime da conversão de suprimentos em Capital”, com a colaboração da Dr.ª Teresa Brito da Silva e da Dr.ª Ana Sofia Batista, da Sociedade Abreu Advogados;

Em Lisboa e no Porto - “Competências para progressão na carreira”, com a colaboração da Senhora Doutora Susana Almeida Lopes, Psicóloga;

Em Lisboa e no Porto - “A promoção da concorrência nas Profissões Liberais”, com a colaboração do Sr. Dr. Jorge Fernandes Ferreira, Chefe da Unidade Anti-Cartel da Autoridade da Concorrência;

Em Viseu – Encontro com o Bastonário da Ordem dos Revisores de Contas, para discussão de assuntos de interesse para a profissão, seguido de almoço convívio;

Em Lisboa e no Porto – “Os desafios da Inovação Financeira – as grandes questões relacionadas com: A transformação regulatória em curso, as moedas virtuais e o distributed ledger technology; A cibersegurança e a proteção de dados”, com a colaboração do Sr. Dr. Helder Rosalino, Administrador do Banco de Portugal e do Sr. Eng.º Carlos Moura, um dos responsáveis pela área tecnológica do Banco de Portugal;



Em Lisboa e no Porto - "Economia Circular e Descarbonização", com a colaboração da Senhora Professora Doutora Inês Costa e a Senhora Dr.^a Ana Paula Rodrigues do Gabinete do Ministro do Ambiente;

Em Lisboa e no Porto – "Responsabilidades dos ROC e SROC – Prevenção e Defesa", com a colaboração da Senhora Dr.^a Sofia Ribeiro Branco da Sociedade de Advogados Vieira de Almeida e Associados;

No Porto – "A transformação Digital na Indústria: um desígnio para Portugal", com a colaboração da Senhora Professora Doutora Ana Teresa Lehman, Secretária de Estado da Indústria;

Em Lisboa e no Porto – "A transformação digital na Administração Pública", com a colaboração do Senhor Eng.^o Pedro Silva Dias, Presidente do Conselho Diretivo da AMA – Agência para a Modernização Administrativa e do Dr. Paulo Mauritti, Vogal do Conselho Diretivo da AMA, respetivamente;

Em Lisboa e no Porto – "O Grupo Parpública e o Setor Empresarial do Estado", com a colaboração do Senhor Doutor Miguel Cruz, Presidente da Parpública;

Em Lisboa e no Porto – "Capitalização de PME's", com a colaboração da Senhora Dr.^a Ana Rita Gil e o Senhor Dr. Bruno Caixeirinho, respetivamente Diretora Coordenadora e Diretor do BIG – Banco de Investimento Global;

Em Lisboa e no Porto - "Registo Central do Beneficiário Efetivo – Portaria 233/2018, de 21 de agosto", com a colaboração da Senhora Dr.^a Cláudia Santos e da Senhora Dr.^a Ana Matias, Conservadoras do IRN – Instituto dos Registos e do Notariado;

Em Lisboa e no Porto - "Ponto de situação dos Planos de Pensões OROC/Fundo de Pensões abertos e suas vantagens para os membros da OROC", com a colaboração do Sr. Dr. Bruno Fonseca da Real Vida Seguros e do Sr. Dr. Geoffrey Fletcher, Revisor Oficial de Contas, representante dos participantes na Comissão de Acompanhamento do Plano de Pensões OROC;

Em Lisboa e no Porto – Após um ano da entrada em funcionamento da Plataforma foram realizadas mais sessões de esclarecimento sobre a "Plataforma Informática", com a colaboração do Sr. Carlos Rente do Serviço de Controlo de Atividade da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;

Em Lisboa e no Porto – Encontros com o Bastonário para informação sobre atividades da Ordem e reflexão sobre alterações ao "Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e ao Regime Jurídico dos Revisores Oficiais de Contas";

Em Lisboa e no Porto – "Alteração ao Novo Regime dos Trabalhadores Independentes", com a colaboração dos representantes do Instituto da Segurança Social, Senhor Dr. Telmo Magalhães, Diretor de Unidade de Identificação, Qualificação e Contribuições (UIQC) e a Senhora Dr.^a Paula Costa, Diretora do Núcleo de



Enquadramentos Especiais (NEE) – Porto e do Dr. Nuno Gonçalves, da Dra. Linda Serra, e da Dra. Susana Silvério - Lisboa;

Em Lisboa e no Porto – “Divulgação dos Instrumentos Financeiros de Desenvolvimento”, com a colaboração do Sr. Dr. Henrique Cruz, Presidente da Comissão Executiva da Instituição Financeira para o Desenvolvimento (IFD).

5. Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2018, os recursos humanos da Ordem eram constituídos por 26 colaboradores permanentes e 2 assessores.

A Ordem conta, ainda, com um vasto leque de colaborações eventuais de ROC e outros profissionais, especialmente nas Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho.

6. Relações Institucionais

O Bastonário e o Conselho Diretivo estabeleceram contactos com diversas entidades mais ligadas ou conexas com a profissão, nomeadamente o Ministério das Finanças, o Banco de Portugal, a CMVM, o Tribunal de Contas, o Instituto dos Auditores Internos, a Autoridade da Concorrência, o Ministério da Presidência e Modernização Administrativa, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Inspeção Geral de Finanças, a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Agência para a Modernização Administrativa e o Instituto Português de Corporate Governance.

Foi mantida a representação da Ordem na CNC, no seu Conselho Geral e nos dois Comitês executivos e foi mantida a participação da Ordem no Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

A Ordem acompanhou e manteve o natural relacionamento institucional, com a CMVM, especialmente relevante neste tempo de alteração do Regime Jurídico aplicável aos Revisores Oficiais de Contas.

7. Relações Internacionais e Cooperação

A Ordem continuou a manter a sua representação e participação nos organismos profissionais congéneres e conexas com a profissão, quer nacionais, quer internacionais, destacando-se a sua participação junto da Accountancy Europe (incluindo nos Grupos de Trabalho), do IASB, da IFAC e UE, divulgando a respetiva informação pelos ROC, sempre que foi considerado pertinente, conforme já referido noutros pontos deste Relatório. No ano de 2018, a OROC



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Gord', 'VAT', 'Gey', and 'A'.



esteve presente no World Congress of Accountants (WCOA), à margem do qual também participou na reunião com todos os organismos congéneres de países lusófonos, presentes.

A Ordem participou também em Congresso em Cabo Verde, representada pelo Vice-Presidente e em Moçambique representada pelo Bastonário.

8. Análise Económica e Financeira

8.1 Análise do Desempenho Económico

A continuidade da política de controlo de gastos, o aumento de rendimentos com a formação, a mais-valia obtida na venda de OTRV, o aumento de gastos com o pessoal em consequência do acordo de rescisão celebrado com um colaborador e uma diminuição de rendimentos relacionados com emolumentos de exames, conduziu a que a OROC apurasse no exercício de 2018 um resultado de 11 978 euros.

Rendimentos

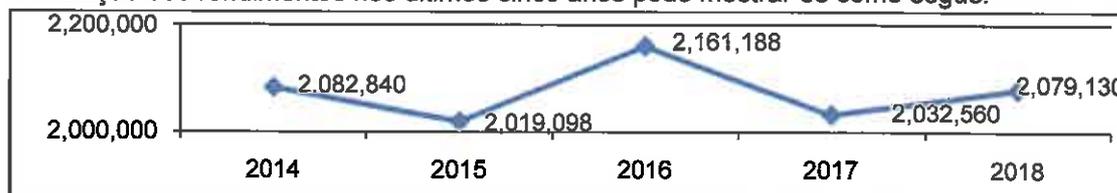
Evolução geral

Os rendimentos da OROC ascenderam a 2 079 130 (2 032 560 euros em 2017), registando um aumento global líquido de 46 570 euros (+2,29%) face a 2017, como se evidencia no quadro seguinte:

Rendimentos	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Quotas	1 156 106	1 159 762	-3 656	-0,32
Ações de formação	536 050	504 085	31 965	6,34
Inscrição, estágio e outros emolumentos	218 926	251 128	-32 201	-12,82
Outros	168 048	117 585	50 463	42,92
Total	2 079 130	2 032 560	46 570	2,29

O total de rendimento aumentou quando comparado com o exercício anterior. O aumento de rendimentos verificado deve-se, essencialmente, ao bom desempenho da formação e à realização de uma mais-valia com a venda de OTRV.

A evolução dos rendimentos nos últimos cinco anos pode mostrar-se como segue:



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Vant', 'WT', 'Gy', and 'Am'.



Quotas

No ano de 2018 ocorreu uma ligeira diminuição do valor das quotas, as quais representaram cerca de 56% do total dos rendimentos gerados no período. O decréscimo resulta essencialmente da ligeira diminuição do número de ROC e SROC em atividade.

Ações de formação

Os rendimentos com ações de formação respeitam ao Curso de Preparação para Revisor Oficial de Contas (CPROC) no valor de 181 840 euros (139 450 em 2017) e à formação contínua no valor de 354 210 euros (364 635 euros em 2017). O aumento verificado na formação está relacionado com o aumento do número de inscritos nos CPROC. A formação contínua teve também um bom desempenho uma vez que manteve praticamente inalterado o montante de 2017, que tinha sido um ano excepcional dado ter coincidido com o fim do triénio para efeito de avaliação e justificação dos créditos obrigatórios nos termos do Regulamento de Formação Profissional.

Inscrição, estágio e outros rendimentos

A diminuição do valor referente a estas rubricas justifica-se por uma quebra, no estágio e no exame, que reflete uma diminuição do número de candidatos a Revisor Oficial de Contas que se tem vindo a sentir nos últimos anos.

Gastos

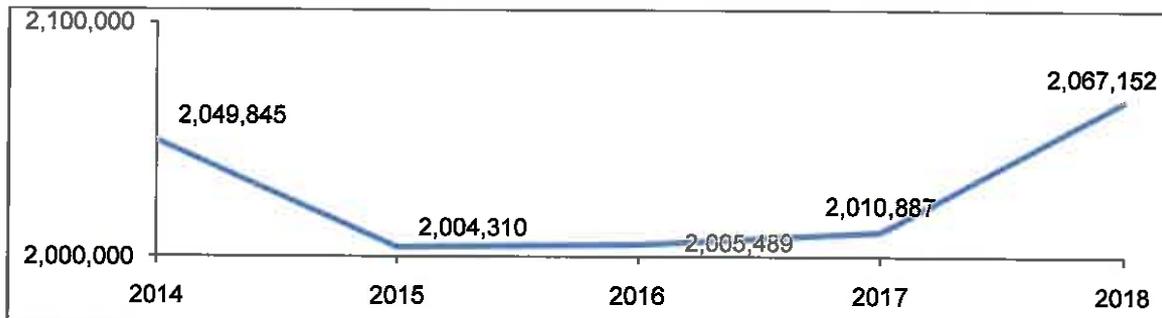
Evolução geral

Os gastos em 2018 atingiram a quantia de 2 067 152 euros, tendo sido verificado um ligeiro aumento de 56 265 euros relativamente ao ano anterior. A sua evolução sintetiza-se no quadro seguinte:

Gastos	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Fornecimentos e serviços externos	1 062 105	1 074 951	-12 846	-1,20
Gastos com o pessoal	821 852	750 631	71 221	9,49
Gastos de depreciações e de amortizações	75 308	80 104	-4 796	-5,99
Provisões	7 499	7 537	-38	0,5
Outros gastos	100 388	97 664	2 724	2,7
Total	2 067 152	2 010 887	56 265	2,8



A evolução dos gastos e perdas nos últimos cinco anos pode mostrar-se como segue:



Comentam-se em seguida os aspetos mais significativos que influenciaram o comportamento dos gastos.

Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica mantém-se, naturalmente, como a rubrica de maior expressão na estrutura de gastos da OROC. Os gastos com honorários representam cerca de 55% do valor total desta rubrica (56% em 2017). As principais naturezas de gastos são as seguintes:

Natureza	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Honorários	578 682	597 804	-19 122	-3,20
Comissões, controladores-relatores e Júri de exame	201 295	229 775	-28 480	-12,39
Assessores	84 796	84 796	0	0
Formadores	246 823	238 412	8 411	3,53
Outros	45 768	44 821	947	2,11
Trabalhos especializados	142 574	163 661	-21 087	-12,88
Deslocações e estadas	130 807	103 618	27 189	26,24
Outros Fornec. e Serviços	210 042	209 869	173	0,08
	1 062 105	1 074 951	-12 846	-1,20

Verificou-se uma diminuição do total desta rubrica no montante total líquido de 12 846 euros. De uma forma geral baixaram todas as rubricas exceto as deslocações e estadas que teve um aumento de cerca 26%.

Gastos com o pessoal

O aumento verificado respeita essencialmente a uma indemnização a pagar em consequência de um acordo de rescisão do contrato de trabalho com um colaborador da OROC.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Conf', 'WT', 'Gly', and '22'.



Outros gastos

Esta rubrica integra essencialmente as quotizações para entidades e instituições de que a OROC é membro, destacando-se a IFAC e a Accountancy Europe (antes designada FEE).

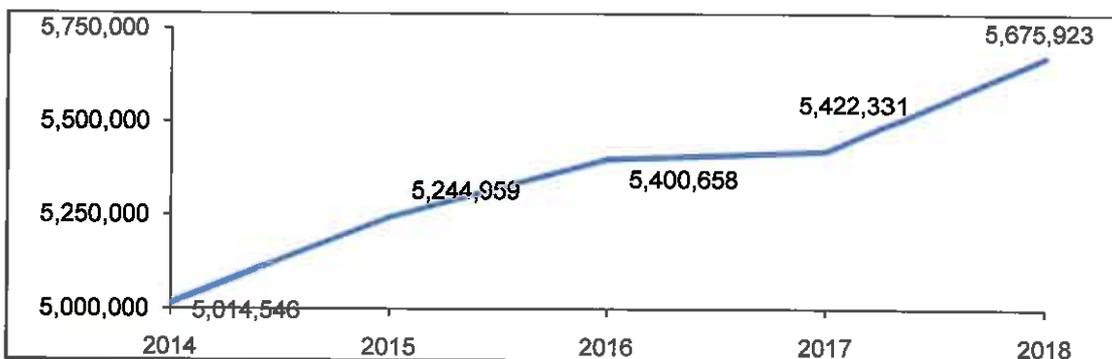
8.2 Análise financeira

A estrutura do Balanço reflete uma substancial autonomia financeira (90%) bem como uma significativa solvabilidade global (Ativo / Passivo) de 9,76 e um elevado rácio da estrutura de financiamento (Fundos patrimoniais / Capital alheio) de 8,76.

Nas fontes de financiamento da OROC continua a verificar-se uma dependência significativa do sistema de quotização variável em função da atividade dos seus membros. Pretende continuar-se o incremento e diversificação das atividades de formação, com o objetivo de reduzir a dependência do sistema de quotização e o esforço permanente de racionalização dos gastos de estrutura e o aumento da produtividade dos meios disponíveis.

Evolução dos fundos patrimoniais

Evidencia-se no gráfico seguinte a evolução verificada nos fundos patrimoniais nos últimos 5 anos:



Relativamente à herança deixada pelo Senhor Dr. Gastambide Fernandes, membro efetivo e honorário da OROC, a Ordem recebeu em 2018 a parte remanescente que lhe coube nesta herança no montante de cerca de 242 mil euros. A Ordem recebeu, relativamente a esta herança, um total de 457 239 euros.

9. Análise da Execução Orçamental

9.1 Execução do orçamento corrente

Perspetiva global

O mapa seguinte sintetiza a execução do orçamento aprovado para 2018. No plano global, verifica-se uma taxa de realização de cerca de 103% nos rendimentos e de cerca de 103% nos gastos, a execução do orçamento apresenta-se satisfatória.



RUBRICAS	Realizado 2018	Orçamento 2018	Desvio Real-Orçam.	Desvio %
RENDIMENTOS				
Quotas	1 156 106	1 159 629	-3 523	-0,3
Ações de formação	536 050	533 400	2 650	0,5
Inscrição, estágio e outros emolumentos	218 927	229 630	-10 704	-4,66
Outros rendimentos	168 048	89 850	78 198	87,03
Total dos Rendimentos	2 079 130	2 012 509	66 621	3,31
GASTOS				
Fornecimentos e serviços externos	1 062 105	1 018 227	43 878	4,31
Gastos com o pessoal	821 852	811 528	10 324	1,27
Gastos de depreciações e de amortizações	75 308	89 647	-14 339	-15,99
Outros gastos	107 887	86 729	21 158	24,40
Total dos Gastos	2 067 152	2 006 131	61 021	3,04
Resultado do período	11 978	6 376	5 600	87,80

Execução do orçamento de rendimentos

Na execução orçamental de rendimentos em 2018, salientam -se:

- O desvio favorável das ações de formação no montante de 2 650 euros (0,5%)
- O desvio favorável dos outros rendimentos provenientes essencialmente de realização de uma mais-valia na alienação de OTRV;
- O desvio desfavorável nas quotas faturadas, no montante de 3 523 euros (-0,3%);
- O desvio desfavorável dos rendimentos provenientes de inscrição, estágio e outros emolumentos, no montante de 10 704 euros (-4,66%);

Execução do orçamento de gastos

Na execução orçamental de gastos em 2018, sublinham-se:

- O desvio favorável nos gastos de depreciação uma vez que não se concretizou o investimento orçamentado e que ascendeu a menos 14 339 euros (-15,99%) do que o orçamentado;
- O desvio desfavorável nos Fornecimentos e serviços externos cujo montante ascendeu a mais 43 878 euros (4,31%) do que o previsto essencialmente devido ao desvio ocorrido na rubrica de deslocações e estadas, cuja realização excedeu o orçamentado em cerca de 27 189 euros;
- O desvio desfavorável dos gastos com o pessoal que ascendeu a mais 10 324 euros (+1,27%) do que o orçamentado.



- O desvio desfavorável dos outros gastos que ascendeu a mais 21 158 euros (+24,40%) do que o orçamentado.

Execução do orçamento de investimentos

O orçamento de investimentos apresenta uma realização de cerca de 3 000 euros, para uma previsão de 50 000 euros, como se evidencia no quadro seguinte:

RUBRICAS	Realizado 2018	Orçamento 2017	Desvio Real-Orçam.	Desvio %
ATIVO FIXO TANGÍVEL				
Equipamento de tratamento de dados	2 996	50 000	-47 005	-94,0%
Biblioteca	336			
Total	3 332	50 000	-47 005	-94,0%

O orçamento de investimentos relacionado com a renovação do parque informático da Ordem que estava previsto realizar em 2018 continua em estudo para ser concretizado no decorrer de 2019.

10. Perspetivas futuras

A crise económica, de algum modo sempre presente, e a transformação significativa da economia, do tecido empresarial e do contexto social, a par das exigências crescentes sobre a profissão, afetam significativamente a atividade dos Revisores Oficiais de Contas e a sua organização profissional. O Conselho Diretivo, como sempre aconteceu, mantém-se ciente das dificuldades existentes e procura inscrever nos Planos de Atividades medidas que se mostrem adequadas para auxiliar os profissionais a responder aos desafios que se lhes apresentam, dando especial atenção às estruturas de profissionais de pequena e média dimensão.

Continuam a apresentar-se perspetivas algo incertas quanto ao futuro da Ordem e da profissão. A mobilização de todos é essencial para o sucesso das ações que vão sendo empreendidas e para a identificação de ações a empreender.

O Conselho Diretivo continuará a procurar o maior diálogo com o Governo e outras autoridades para melhor contribuir, dentro, também, das suas competências, para a discussão de diplomas legais relativos à profissão.

O Conselho Diretivo continuará, também, a procurar dar o maior contributo para a melhor implementação de novos procedimentos que se mostrem necessários com a acelerada produção legislativa a que se tem assistido. Procurará a melhor defesa do interesse público e, na medida do seu alcance, minimizar os eventuais impactes negativos sobre a atividade dos Revisores Oficiais de Contas.



11. Proposta de aplicação dos resultados

Tendo em consideração o resultado líquido apurado em referência a 2018 no montante total de 11 978 euros, o Conselho Diretivo propõe que o mesmo se mantenha como reforço dos Fundos Patrimoniais, transferindo-se para resultados transitados.

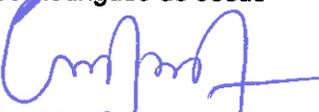
12. Agradecimentos

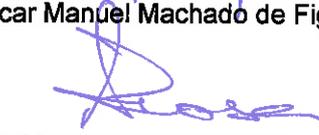
O Conselho Diretivo deseja agradecer aos Revisores Oficiais de Contas em geral, aos membros dos Órgãos Sociais, das Comissões Estatutárias e das Comissões Técnicas, dos Grupos de Trabalho e ao Pessoal da Ordem, bem como a todas as entidades públicas e privadas, toda a colaboração que prestaram à OROC durante o ano de 2018.

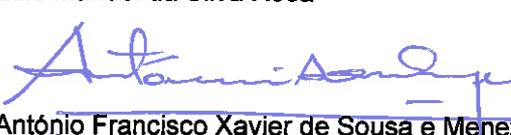
Lisboa, 6 de fevereiro de 2019

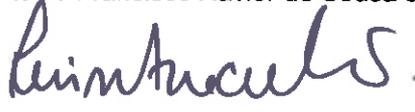
O Conselho Diretivo

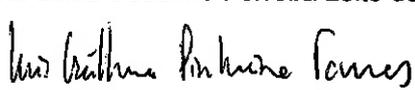

José Rodrigues de Jesus


Óscar Manuel Machado de Figueiredo


Luís Manuel da Silva Rosa


António Francisco Xavier de Sousa e Menezes


Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia


Luís Guilherme de Noronha e Távora Pinheiro Torres


Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

Demonstrações Financeiras 2018

Balanço

Demonstração dos resultados por naturezas

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word 'Conf' and various initials.



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

Balço em 31 de dezembro de 2018

RUBRICAS	NOTAS	Montantes em Euros	
		31-dez-2018	31-dez-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 254 646	2 326 209
Ativos intangíveis	6	0	0
Outros ativos financeiros	11	570 305	2 036 430
		2 824 951	4 362 639
Ativo corrente			
Inventários	7	10 038	7 016
Associados	8	124 959	108 667
Outros créditos a receber	9	25 824	41 274
Diferimentos	10	11 617	25 795
Outros ativos financeiros	4/11	310 427	303 114
Caixa e depósitos bancários	4	3 015 855	1 109 551
		3 498 720	1 595 417
Total do ativo		6 323 671	5 958 056
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados		5 206 706	5 185 033
Outras variações fundos patrimoniais	12	457 239	215 625
Resultado líquido do período		11 978	21 673
Total dos fundos patrimoniais		5 675 923	5 422 331
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	13	75 875	68 376
		75 875	68 376
Passivo corrente			
Fornecedores		50 796	43 872
Estado e outros entes públicos	14	35 786	45 042
Diferimentos	10	104 322	100 882
Outras dívidas a pagar	15	380 969	277 553
		571 873	467 349
Total do passivo		647 748	535 725
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 323 671	5 958 056

Lisboa, 6 de fevereiro de 2019



Demonstração dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de dezembro de 2018

Montantes em Euros

Rendimentos e Gastos	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Serviços prestados	16	1 911 082	1 914 975
Fornecimentos e serviços externos	17	-1 062 106	-1 074 951
Gastos com o pessoal	18	- 821 852	- 750 630
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	7	- 4 700	- 5 440
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	4 664	- 4 942
Provisões	13	- 7 499	- 7 537
Aumentos/reduções de justo valor		0	2 660
Outros rendimentos	19	157 460	101 957
Outros gastos	20	- 91 099	- 82 154
Resultado antes de depreciações e amortizações		85 950	93 938
Gastos de depreciações e de amortizações	5/6	- 75 308	- 80 104
Resultado operacional		10 642	13 834
Juros e rendimentos similares obtidos		5 925	12 967
Juros e gastos similares suportados		- 4 589	- 5 128
Resultado líquido do período		11 978	21 673

Lisboa, 6 de fevereiro de 2019



Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Período findo em 31 de dezembro de 2017

Montantes em Euros

Descrição	Notas	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 1.1.2017		5 029 334	215 625	155 699	5 400 658
Aplicação de resultados		0	0	- 155 699	- 155 699
Resultado líquido do período		155 699	0	21 673	177 372
Posição em 31.12.2017		5 185 033	215 625	21 673	5 422 331

Período findo em 31 de dezembro de 2018

Montantes em Euros

Descrição	Notas	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 1.1.2018		5 185 033	215 625	21 673	5 422 331
Outras variações patrimoniais	12	0	241 614	0	241 614
Aplicação de resultados		21 673	0	- 21 673	0
Resultado líquido do período		0	0	11 978	11 978
Posição em 31.12.2018		5 206 706	457 239	11 978	5 675 923

Lisboa, 6 de fevereiro de 2019



Demonstração dos fluxos de caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2018

Montantes em Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de associados e outros		1 902 894	1 900 305
Pagamentos a fornecedores		- 982 731	-1 067 352
Pagamentos ao pessoal		- 776 984	- 750 631
Caixa gerada pelas operações		143 179	82 322
Recebimentos referentes a seguro RCP	4	1 210 353	1 086 761
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		85 684	114 925
Entregas referentes a seguro RCP	4	-1 210 077	-1 086 333
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		- 112 666	- 199 261
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		116 473	- 1 586
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 3 745	- 8 483
Outros ativos financeiros			-1 486 125
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos financeiros		1 553 350	
Juros e rendimentos similares		5 925	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		1 555 530	-1 494 608
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações	12	241 614	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		241 614	0
Variação de caixa e seus equivalentes ((1)+(2)+(3))		1 913 617	-1 496 194
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 412 665	2 908 859
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3 326 282	1 412 665

Lisboa, 6 de fevereiro de 2019



ANEXO

O presente Anexo compreende as divulgações que a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) considera deverem ser relatadas com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2018, incluindo as que são exigidas pelo referencial contabilístico que lhe é aplicável.

1. Introdução

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas é uma pessoa coletiva pública a quem compete representar e agrupar os seus membros e superintender em todos os aspetos relacionados com a profissão, nos termos do respetivo Estatuto aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

A Ordem tem a sua sede em Lisboa e Serviços Regionais no Norte, instalados no Porto.

Outras informações podem ser obtidas na página da internet www.oroc.pt ou através do endereço eletrónico: sec.orgsociais@oroc.pt.

2. Referencial contabilístico

Aproveitando a faculdade prevista no art.º 9.º - E do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, a OROC optou por aplicar, com as necessárias adaptações, o conjunto das normas contabilísticas e de relato financeiro compreendidas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Todos os valores apresentados neste anexo estão expressos em euros.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Rédito

O rédito é reconhecido quando for provável que fluirão para a entidade os benefícios económicos associados às atividades e a respetiva quantia puder ser mensurada com fiabilidade.

O rédito das atividades da Ordem é reconhecido como segue:

- i. Quotas – no período a que se refere a quotização;
- ii. Ações de formação – no período em que a respetiva ação de formação decorre;
- iii. Inscrições em exame – na data da realização do exame;
- iv. Estágio – no período de estágio.



O rédito proveniente de aplicações de ativos financeiros é reconhecido nos resultados do período a que respeita tendo em conta o prazo das aplicações.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição, incluindo despesas imputáveis à compra, deduzido de depreciações acumuladas.

A depreciação é calculada pelo método da linha reta, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados para o uso pretendido, de acordo com as vidas úteis estimadas seguintes:

Edifícios – 50 anos

Mobiliário – 8 anos

Equipamento informático – 4 anos

Máquinas fotocopadoras – 5 anos

Outros equipamentos – 5 a 8 anos

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem fundamentalmente programas de computador, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas. Os itens intangíveis apenas são reconhecidos como ativos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a OROC, se forem por ela controlados e se o respetivo valor puder ser mensurado com fiabilidade. Se estas condições não estiverem satisfeitas, os itens intangíveis são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis da OROC têm vida útil finita. A amortização é calculada pelo método da linha reta, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados para o uso pretendido, de acordo com as vidas úteis estimadas seguintes:

Programas de computador – 3 anos

3.4 Imparidade dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que a quantia pelo qual o ativo se encontra registado é superior à quantia recuperável.



3.5 Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. As saídas de inventários são reconhecidas de acordo com o método do custo médio ponderado.

Sempre que o preço de mercado seja inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, o qual é repostado quando deixam de existir os motivos que a originaram.

3.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e depósitos bancários, associados, outros valores a receber e a pagar e outros ativos financeiros e são reconhecidos pelo custo, sendo este um valor aproximado do respetivo justo valor dada a sua liquidez, com as exceções seguintes:

- Os outros ativos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado ou pelo justo valor dependendo se têm ou não um retorno fixo ou determinável e se têm ou não maturidade definida;
- No que se refere aos valores a receber de associados, quando existem indícios de que tais valores têm risco de cobrabilidade é reconhecida uma perda por imparidade por contrapartida de resultados.

4. Fluxos de caixa

Os movimentos e saldos das rubricas que compõem a caixa e seus equivalentes são os seguintes:

Conta	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	2 000	21 425	21 425	2 000
Depósitos à ordem	433 962	6 616 965	6 272 847	778 080
Outros depósitos bancários	673 589	2 224 247	662 061	2 235 775
Outros ativos financeiros	303 114	62 700	55 387	310 427
Caixa e equivalentes de caixa	1 412 665	8 925 337	7 011 720	3 326 282

A Ordem procede à entrega à companhia de seguros dos montantes referentes aos prémios das apólices de Grupo de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional de responsabilidade dos seus membros. Por sua vez procede à cobrança desses prémios junto dos membros respetivos. Os fluxos de entrega e de cobrança estão considerados como fluxos de caixa referentes às atividades operacionais. Esses fluxos foram considerados de forma desagregada por se terem observado diferimentos com alguma expressão entre o momento de entrega e os momentos de cobrança.

Os saldos das contas de depósitos bancários estão disponíveis para uso.



5. Ativos fixos tangíveis

O movimento nas rubricas de ativos fixos tangíveis durante o período resume-se como segue:

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	TOTAL
Quantia bruta inicial	584 225	2 754 084	59 700	769 970	79 298	4 247 277
Depreciações acumuladas iniciais	0	1 043 057	59 700	741 792	76 519	1 921 068
Saldo no início do período	584 225	1 711 027	0	28 178	2 779	2 326 209
Aumentos do período	0	0	0	2 996	336	3 332
Aquisições	0	0	0	2 996	336	3 332
Diminuições do período	0	54 997	0	19 055	843	74 895
Depreciações	0	54 997	0	19 055	843	74 895
Quantia bruta final	584 225	2 754 084	59 700	772 966	79 634	4 250 609
Depreciações acumuladas finais	0	1 098 054	59 700	760 847	77 362	1 995 963
Saldo no final do período	584 225	1 656 030	0	12 119	2 272	2 254 646

6. Ativos intangíveis

Esta rubrica apresenta o seu saldo nulo, o qual resulta do seguinte:

Descrição	Programas de computador
Quantia bruta inicial	344 620
Amortizações acumuladas	344 620
Saldo no início do período	0
Aumentos no período	413
Aquisições	413
Diminuições no período	413
Amortizações	413
Quantia bruta final	345 033
Amortizações acumuladas finais	345 033
Saldo no final do período	0

Os programas de computador mais relevantes a que se referem os ativos intangíveis são os relativos à aplicação para registo e controlo de atividade da profissão.



7. Inventários

Os inventários são relativos essencialmente a publicações técnicas cujo movimento durante o período foi o seguinte:

Mercadorias	31-12-2018	31-12-2017
Inventários iniciais	7 016	12 256
Compras	15 287	0
	22 303	12 256
Custo das mercadorias vendidas	627	298
Ofertas	6 938	0
	14 738	12 554
Perdas por imparidade	4 700	4 942
Inventários finais	10 038	7 016

No período foi registada uma perda por imparidade no montante de 4 700 euros relacionada com a perda de valor de alguns livros cujas edições apresentam alguma antiguidade.

8. Associados

O valor a receber de associados em referência a 31.12.2018 ascende a 140 313 euros (no ano anterior: 146 489 euros) o qual é apresentado no balanço deduzido das perdas por imparidade estimadas no montante de 15 354 euros (no ano anterior: 37 822 euros). Assim, as quantias a receber totalizam 124 959 euros em referência a 31.12.2018 (no ano anterior: 108 667 euros).

As perdas por imparidade estimadas registaram, durante o período, o movimento seguinte:

Perdas por imparidade de associadas	2018	2017
Saldo no início do período	37 822	32 382
Perdas por imparidade	0	5 440
Utilização direta	17 804	0
Reversão	4 664	0
Saldo no final do período	15 354	37 822

9. Outros créditos a receber

A rubrica de outros créditos a receber detalha-se como segue:

Outras Contas a Receber	31-12-2018	31-12-2017
Devedores por acréscimos de rendimentos	0	10 656
Devedores diversos	25 824	30 618
Total	25 824	41 274



O saldo de Devedores diversos inclui participantes em ações de formação, estagiários e outros.

O saldo da rubrica de acréscimos de rendimentos em 31.12.2017 respeitava essencialmente a juros de aplicações financeiras ainda não vencidas.

10. Diferimentos

As rubricas de diferimentos detalham-se como segue:

Natureza	31-12-2018	31-12-2017
Ativo – Gastos a reconhecer		
Outros	11 617	25 795
Total	11 617	25 795
Passivo – Rendimentos a reconhecer		
Formação	4 080	3 655
Estágio	42 484	47 626
Inscrição no exame	38 940	34 650
Outros	18 818	14 951
Total	104 322	100 882

No passivo, na rubrica de Outros, está incluída uma verba afeta ao prémio de auditoria, cujo montante ascende a cerca de 15 mil euros, conforme descrito na nota 12.

11. Outros ativos financeiros

Esta rubrica detalha-se como segue:

Outros Ativos financeiros	31-12-2018	31-12-2017
Ao justo valor por resultados		
Deutsh Bank – Gestão Descriconaria	310 427	303 114
	310 427	303 114
Ao custo amortizado		
Brisa Concessão	96 500	96 500
OT 3,85%	60 155	60 155
OT 2,875%	55 650	55 650
OTRV agosto 2021	20 000	172 625
OTRV novembro 2021	318 000	521 500
OTRV abril 2022	0	181 000
OTRV agosto 2022	0	594 000
OTRV dezembro 2022	0	355 000
OTRV julho 2025	20 000	0
	570 305	2 036 430
Total Outros Ativos Financeiros	880 732	2 339 544



Foram vendidas OTRV's cujo valor total ascende a 1 486 125€ com mais valia líquida de cerca de 84 000 (Nota 19).

12. Outras variações nos fundos patrimoniais

Nesta rubrica foi registada no exercício de 2015 a herança que o Senhor Dr. Gastambide Fernandes deixou à Ordem, da qual, até 31.12.2017, havia sido recebido o montante de 215 625 euros. Em 2018 concretizou-se a divisão entre herdeiros da parte restante da sua herança, tendo a Ordem recebido o valor de 241 614 euros. O montante total recebido pela Ordem é objeto de aplicações financeiras específicas e o rendimento respetivo será afeto a um prémio a atribuir no âmbito de um concurso de trabalhos sobre auditoria, como era vontade expressa do doador.

Os ativos resultantes da doação geram rendimentos que, até 31 de dezembro de 2018, totalizaram cerca de 15 mil euros (ver nota 10).

13. Provisões

Em 2018 foi recebida a quantia de 7 499 euros (7 537 euros no ano anterior) de IRC que havia sido retido pelos Bancos sobre juros de aplicações de capital pagos à Ordem em 2017. O montante total provisionado em 31.12.2018 ascende a 75 875 euros.

Dado persistirem as opiniões divergentes sobre o enquadramento fiscal, em sede de IRC, dos juros de aplicações de capitais, recebidos pela Ordem, continuou a proceder-se ao reforço da provisão pelo montante total recebido no período.

14. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos detalha-se como segue:

Natureza	31-12-2018	31-12-2017
Imposto sobre o rendimento pessoas singulares	20 267	28 714
Imposto sobre o valor acrescentado	71	- 184
Contribuições para a Segurança Social	15 448	16 512
Total	35 786	45 042

Não existem dívidas em mora ao Estado ou outros Entes Públicos.

O valor do imposto sobre o valor acrescentado em 31.12.2017 era devedor por respeitar a uma importância recuperada em 2018.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas é uma pessoa coletiva pública estando os rendimentos próprios da sua atividade isentos de IRC ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 55.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.



15. Outras dívidas a pagar

Esta rubrica detalha-se como segue:

Natureza	31-12-2018	31-12-2017
Credores por acréscimos de gastos	319 327	251 080
Credores diversos	61 642	26 473
Total	380 969	277 553

A rubrica de Credores por acréscimos de gastos compõe-se como segue:

Natureza	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações a liquidar	85 093	86 225
Júri de exame	5 750	10 283
CPROC	13 223	5 535
Formação contínua	15 344	5 117
Controlo de qualidade	79 445	70 082
Órgãos sociais	19 706	18 670
Comissão de estágio	1 347	6 580
Outras comissões e grupos trabalho	3 971	1 466
Outros	95 448	47 122
Total	319 327	251 080

As quantias referentes ao controlo de qualidade correspondem aos trabalhos em curso iniciados na sequência do sorteio efetuado em 4 de junho de 2018 os quais incidem sobre os trabalhos concluídos pelos revisores ou sociedades de revisores no ano de 2018. A rubrica Outros inclui gastos de reestruturação assumidos e trabalhos especializados.

16. Serviços prestados

O rédito reconhecido no período relativo a serviços prestados foi integralmente obtido no mercado interno e detalha-se como segue:

Natureza	2018	2017
Quotas	1 156 106	1 159 762
Ações de formação	536 050	504 085
Inscrição, estágio e outros	218 926	251 128
Total	1 911 082	1 914 975



17. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica compreende as seguintes naturezas de gastos:

Natureza	2018	2017
Trabalhos especializados	142 574	163 468
Honorários	578 682	597 804
Conservação e reparação	19 528	21 162
Materiais	58 577	55 841
Energia e fluidos	19 652	20 798
Deslocações e estadas	130 807	103 618
Rendas e alugueres	17 415	24 356
Comunicação	33 060	33 905
Publicidade e propaganda	2 054	1 631
Seguros	6 090	5 211
Limpeza, higiene e conforto	11 042	9 140
Condomínios	10 531	10 533
Outros	32 094	27 484
Total	1 062 106	1 074 951

A rubrica de honorários inclui as quantias relativas a pagamentos efetuados aos Membros das Comissões Técnicas e a outros profissionais liberais.

A rubrica de trabalhos especializados inclui gastos no âmbito do apoio informático, atualização do Manual do Revisor Oficial de Contas e outros.

18. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados encontram-se refletidos em gastos com pessoal e não incluem benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo. Os gastos reconhecidos detalham-se como segue:

Natureza	2018	2017
Remunerações dos Órgãos Sociais	109 974	93 896
Remunerações do pessoal	518 746	518 228
Encargos sobre as remunerações	140 380	133 836
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4 966	3 037
Outros gastos com o pessoal	47 786	1 633
Total	821 852	750 630

O número médio de pessoas ao serviço da Ordem é de 26, tal como no ano anterior, sendo todas remuneradas.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'WT', 'Graf', 'Cey', and 'A'.



Os Órgãos Sociais são eleitos e compostos por associados inscritos na Ordem. Os Membros dos Órgãos Sociais não auferem remuneração, sendo atribuídas a título de compensação, senhas de presença pelas reuniões em que efetivamente participaram. Os montantes respetivos detalham-se como segue:

Natureza	2018	2017
Assembleia Geral	0	330
Assembleia Representativa	16 498	0
Conselho Superior	5 270	4 442
Conselho Diretivo	56 038	45 741
Conselho Disciplinar	26 938	40 939
Conselho Fiscal	5 230	2 444
Total	109 974	93 896

19. Outros rendimentos

Inclui o seguinte:

Natureza	2018	2017
Correções relativas a períodos anteriores	23 607	25 955
Multas	32 600	27 000
Rend. nos restantes ativos fin.	87 225	0
Outros réditos	14 028	49 002
Total	157 460	101 957

As correções relativas a períodos anteriores incluem a quantia de 7 499 euros relativa a IRC reembolsado pela administração fiscal relativamente à qual foi constituída a provisão referida na nota 13.

O montante reconhecido a título de multas refere-se à faturação relativa aos processos disciplinares cuja sanção se tornou definitiva pelo trânsito em julgado.

20. Outros gastos

Inclui o seguinte:

Natureza	2018	2017
Correções relativas a períodos anteriores	4 234	0
Quotizações		
AE	50 456	49 068
IFAC	26 586	28 799
CNOP	2 500	2 500
Diversas	982	742
Outros gastos e perdas	6 341	1 045
Total	91 099	82 154



21. Contribuições para Fundos de Pensões

A Ordem efetuou contribuições para fundos de pensões dos Revisores Oficiais de Contas, de acordo com os resultados gerados e as deliberações da Assembleia Geral. As contribuições foram as seguintes:

Contribuições	Quantia
Exercício de 2004, entregue em 2005	99 981
Exercício de 2005, entregue em 2006	123 000
Exercício de 2006, entregue em 2007	120 000
Exercício de 2007, entregue em 2008	121 500
Exercício de 2008, entregue em 2008	100 000
Exercício de 2008, entregue em 2010 (a)	124 253
Exercício de 2009, entregue em 2010	115 000
Exercícios de 2011 e 2012, entregue em 2015 (b)	151 672
Total	955 406

(a) Inclui juros no montante de 2.753 euros

(b) Inclui juros no montante de 1 672 euros

22. Acontecimentos após a data do balanço

O Conselho Diretivo autorizou a emissão das demonstrações financeiras na sua reunião de 6 de fevereiro de 2019.

Não se verificaram acontecimentos após a data do balanço que requeiram ajustamento aos saldos ou divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

23. Compromissos assumidos

De acordo com autorização da Assembleia Representativa, em 2019 serão adquiridos imóveis para os Serviços Regionais do Norte e para futuro funcionamento da Sede em Lisboa, estando previsto que este investimento não ultrapasse o montante de 3 300 000 euros.



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Em conformidade com a legislação em vigor e nos termos estatutários, apresentamos o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e o Relatório e Contas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ("Ordem"), relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2018, cuja elaboração é da competência do Conselho Diretivo.

Acompanhámos a evolução da atividade da Ordem, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho Diretivo e dos serviços da Ordem todas as informações e esclarecimentos solicitados.

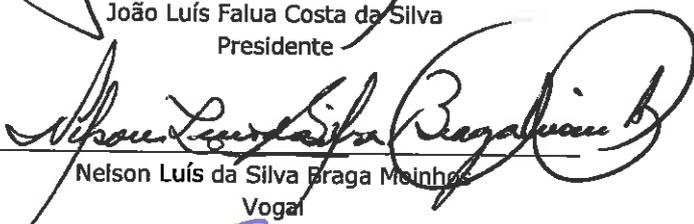
No âmbito das nossas funções, examinámos as Contas da Ordem que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data, bem como o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de atividades do ano de 2018 preparado pelo Conselho Diretivo e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

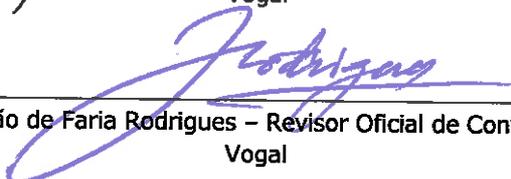
Apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida pelo colega Revisor Oficial de Contas, Vogal deste Conselho, que não contém reservas e merece o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de parecer que o Relatório e Contas supra referido, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados pela Assembleia Representativa.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2019


João Luís Falua Costa da Silva
Presidente


Nelson Luís da Silva Braga Meinhes
Vogal


João de Faria Rodrigues – Revisor Oficial de Contas
Vogal



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Ordem dos Revisores Oficiais de Contas** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 6.323.671 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.675.923 euros, incluindo um resultado líquido de 11.978 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Ordem dos Revisores Oficiais de Contas** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas



Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do Relatório de Atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do Relatório de Atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Atividades

Em nossa opinião, o Relatório de Atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Paço de Arcos, 28 de fevereiro de 2019


João de Faria Rodrigues

Revisor Oficial de Contas: 799
Número de Registo da CMVM: 20160429